Filantropia e Educação Especial: perspectivas em disputa na amazônia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990.

Resumo

O atendimento a pessoas com necessidades especiais no Brasil, desenvolveu-se, até o final da década de 1960, à revelia do Estado. Na omissão deste, que não ofertava os serviços necessários a esta população, ou os ofertava em quantidade incipiente, e qualidade questionável, movimentos sociais se estruturam na forma de instituições filantrópicas que passam a responder pela assistência social e educacional de crianças, adolescentes e adultos em condição de deficiência. São instituições de direito privado que, em muitos casos, tem como base de sustentação financeira, a disputa por recursos públicos, através de financiamentos específicos. Em Roraima, unidade da federação localizada no extremo norte da região amazônica brasileira, esta situação difere, ocorrendo, desde os anos 1970, a implantação de serviços especializados em educação especial, na rede pública de ensino, inexistindo instituições privadas de natureza filantrópica a atuarem na área. Apesar desse diferencial expressivo, estudos históricos do campo da educação especial em Roraima apresentam registros da tentativa de criação de uma instituição filantrópica, no formato conhecido como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que se disseminava no restante do país. Compreender os processos que levaram à tentativa de fragmentação dos serviços em instituições privadas de natureza filantrópica, que seriam também concorrentes no acesso aos recursos financeiros que seriam destinados à educação e assistência social é o objetivo deste trabalho. As análises se sustentam na perspectiva do materialismo histórico dialético, com o objetivo de compreender o impacto e as formas de atuação dos movimentos sociais de apoio e defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais, na interlocução que se estabelece entre Estado e agentes sociais e seu entendimento das prioridades estabelecidas para a gestão da educação.Em termos de fundamentação teórico-metodológica, a pesquisa foi realizada na perspectiva da “história vista de baixo” desenvolvida nos estudos do historiador E. P. Thompson em que as vivências e experiências como percebidas pelos sujeitos, assumem uma posição privilegiada no registro e análise dos processos históricos. Foram tomadas como fonte entrevistas individuais, realizadas com pais de estudantes e docentes que atuavam na área entre 1970, quando a estrutura de serviços governamentais de educação especial é implantada e 2001, quando alterações da legislação brasileira normatizam a responsabilidade do Estado na institucionalização da educação especial como modalidade a ser oferecida pelos sistemas estaduais e federais de ensino. Conclui-se apresentando reincidentes relatos de tentativas de criação de uma unidade local da APAE entendida como uma estratégia equivocada de atuação que apenas “desresponsabilizaria” o Estado do cumprimento de suas obrigações “apaziguando” conflitos de classe e enfraquecendo as organizações sociais na sua responsabilidade de atuação subsidiária na fiscalização, controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas instituições estatais oficiais gerando ainda uma pulverização no uso de recursos financeiros que enfraquece as relações da sociedade com o Estado, e fortalece as ideias de paternalismo que transitam no imaginário social da área.

Palavras-chave: História da Educação Especial. APAE. Filantropia.